

# Palocci: adeus à macroeconomia

Ministro diz que chegou a hora do desenvolvimento e de questões como política industrial

Eliane Oliveira

BRASÍLIA

**N**uma reunião fechada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) — a última de 2003 — à qual O GLOBO teve acesso, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou que 2004 será o ano do crescimento econômico. Palocci afirmou que o governo quer retirar de vez os temas macroeconômicos da agenda do país para que empresários e trabalhadores passem a pensar só em assuntos microeconômicos, com destaque para a nova política industrial que está para ser lançada e a retomada do desenvolvimento.

— Vamos tirar da pauta as questões macroeconômicas. Agora é só desenvolvimento. Chega de pensar em como será a taxa de juros no ano que vem — disse o ministro.

Palocci destacou que o acordo que será assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) neste mês visa a dar tranquilidade ao país quanto ao futuro e à manutenção da estabilidade econômica:

— O acordo com o Fundo é uma estrutura de defesa, para que os empresários olhem a questão macroeconômica e se sintam tranquilos.

Em resposta às críticas, principalmente da oposição, Palocci afirmou que a carga tributária de 2003 está 1,3% do PIB menor que a de 2002. Aos integrantes do CDES, o ministro reforçou o compromisso do governo de não aumentar a carga:

— Mantemos o compromisso de não elevar a carga, embora não possamos nos comprometer a reduzi-la a curto prazo, e sim de forma gradual.

## Para Palocci, uma chance histórica

• Palocci disse que o governo quer dar prioridade absoluta ao chamado contrato social proposto pelo CDES e destacou que um aumento de 10% da renda corresponde a um crescimento anual de 3% ao longo de 25 anos:

— O mundo inteiro investe na melhoria da distribuição de renda, principalmente os países da Europa. Precisamos olhar as necessidades reais da população. Os modelos inglês e espanhol, por exemplo, são interessantes para nós.

Ele acrescentou que o Ministério da Fazenda trabalha agora com uma agenda futura, cujo ponto forte é o novo contexto social.

— Trabalhamos com a convicção de que estamos diante de uma chance histórica — ressaltou.

Pedindo discrição dos participantes da reunião, Palocci divulgou um estudo, ainda em fase de elaboração pela equipe econômica, com nove tópicos sobre o crescimento sustentado. O ministro destacou as me-



OS MINISTROS Tarsó Genro e Antonio Palocci: a Fazenda diz que o acordo com o FMI dará tranquilidade ao país no futuro

*Vamos tirar da pauta as questões macroeconômicas. Agora é só desenvolvimento. Chega de pensar como será a taxa de juros no ano que vem'*

ANTONIO PALOCCI

didas para facilitar o microcrédito, o setor de seguros e os investimentos. Neste último item, ele lembrou que o governo quer isentar da CPMF a transferência entre aplicações. E lembrou que, na reforma tributária, o governo pretende desonerar a folha de salários e reduzir gradualmente os tributos sobre bens de capital.

A reunião foi aberta pelo ministro Tarsó Genro, secretário-executivo do CDES. Ele disse que o conselho começou o ano propondo medidas importantes, como a queda gradual dos juros.

— Saímos de questões polêmicas e agora passamos para a política industrial — enfatizou Genro.

O ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Fortes, conclamou os empresários presentes a ajudarem o

governo em sua política industrial. Segundo Fortes, um dos desafios do governo é aumentar as exportações de software dos atuais US\$ 100 milhões para US\$ 2 bilhões:

— Para estimular os investimentos, o governo vai desenvolver políticas aprimorando os marcos regulatórios, desonerando as exportações, reduzindo os custos dos investimentos e ampliando o acesso ao crédito.

## Meirelles: 'Trajetória cadente dos juros'

• Já o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou que o Brasil atravessou uma crise sem precedentes e que agora as condições estão dadas para que o país cresça a partir de 2004. O desafio, segundo Meirelles, é manter esse crescimento de forma sustentada:

— Temos uma trajetória cadente dos juros e condições de trazer o Brasil para um patamar confortável.

Meirelles lembrou que o país perdeu US\$ 28 bilhões entre o fim de 2002 e o início deste ano, com a crise de confiança que abalou o Brasil. Segundo ele, a economia brasileira caminhava "em marcha batida" para a hiperinflação.

— Não podemos subestimar o risco que o Brasil correu nos últimos oito meses — disse Meirelles, dando

*'O mundo inteiro investe na melhoria da distribuição de renda. Precisamos olhar as necessidades da população. Os modelos inglês e espanhol são interessantes para nós'*

ANTONIO PALOCCI

uma alfinetada no governo anterior.

— A desorganização financeira do setor público está sendo resolvida pela primeira vez este ano.

Na reunião, um grupo de empresários entregou a Genro um documento pedindo compensações para o aumento da alíquota da Cofins, que será encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Queremos a imediata desoneração da folha de pagamento, como medida compensatória do aumento da carga da Cofins — disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, Paulo Skaf, que liderou o movimento.

No fim da reunião, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse que espera um crescimento da economia no último trimestre de 2003 entre 2,5% e 3%. ■

## Fazenda discorda de Saturnino e mantém meta fiscal

• BRASÍLIA. A equipe econômica do governo deixou claro ontem que não gostou da mudança que o relator do Plano Plurianual (PPA), senador Roberto Saturnino (PT-RJ), fez no texto que tramita no Congresso. Saturnino reduziu as metas de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 3,75% em 2005, 3,50% em 2006 e 3,25% em 2007.

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e os ministros do Planejamento, Guido Mantega, e da Fazenda, Antonio Palocci, afirmaram ontem categoricamente que a meta de 4,25% do PIB será mantida nos próximos anos. Palocci lembrou, inclusive, que o governo começará a trabalhar com o superávit anticíclico em 2005 (a meta é reduzida se houver retração na economia e aumentada em caso de expansão).

Saturnino disse que não houve tempo para discutir as mudanças, mas que o objetivo era tirar o país do aperto fiscal:

— Minhas propostas são mais do que razoáveis. Não sei como o governo vai aguentar 2004 com a meta de 4,25% do PIB, mas vamos aliviar a partir de 2005. Vou tocar para a frente. (EO) ■